

A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES ATUANTES NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE PARNAÍBA-PI, FRENTE À INCLUSÃO EDUCACIONAL

APFC (Professora de Sala de Recursos Multifuncionais - Seduc/Parnaíba-PI)

RESUMO

A inclusão é um desafio, pois tem como principal objetivo fazer com que todas as pessoas com necessidades educacionais especiais possam participar do convívio social em igualdade de oportunidades. Diante da relevância desta temática apresentaremos neste artigo um recorte teórico-prático de nossa dissertação de mestrado que realizou análises e reflexões acerca da formação docente no contexto inclusivo. Para tanto, buscamos respostas para a seguinte problemática: os professores, atuantes nas séries iniciais do Ensino Fundamental da rede municipal de Parnaíba-PI, estão participando de cursos de formação continuada e atualização direcionados para o contexto da educação inclusiva de alunos com necessidades educacionais especiais? Em consequência deste questionamento formulamos como objetivo deste artigo analisar o índice de participação docente nos cursos de formação continuada e atualização, direcionados para o contexto da educação inclusiva de alunos com necessidades educacionais especiais, com o intuito de refletir acerca do papel desta formação na ação docente. A metodologia aplicada é do tipo quali-quantitativa, pois utilizamos tanto técnicas de coleta de dados da pesquisa qualitativa como quantitativa, em que fizemos uso do questionário e do grupo de discussão. Diante dos dados coletados percebemos que a maioria dos professores (68,7%) ainda não participou de cursos de formação continuada e atualização, voltados para o trabalho junto aos alunos com necessidades educacionais especiais. Também foi possível verificar que os professores sentem necessidade de participarem deste tipo de curso e que percebem a gama de conhecimentos que podem ser adquiridos.

PALAVRAS – CHAVE: Formação docente. Inclusão Educacional. Alunos com Necessidades Educacionais Especiais.

INTRODUÇÃO

A educação em todo o mundo, nos últimos anos, vem passando por inúmeras transformações, principalmente no que diz respeito à qualidade do ensino que é oferecido nas instituições educacionais públicas. Os governantes de muitos países estão constantemente discutindo e propondo alternativas para oferecer melhores condições para o ingresso e a permanência de todos os alunos no processo de escolarização. Com isso, é crescente o debate em torno da democratização do ensino, em que todos, sem distinção alguma de cor, credo, raça, sexo, condição financeira, física, intelectual, ou sensorial, possam ter acesso ao conhecimento sistematizado oferecido nas escolas regulares e dentre estas discussões está o atendimento educacional oferecido aos alunos com necessidades educacionais especiais.

Dentro deste contexto, para que o aluno obtenha sucesso em seu processo de escolarização, é necessário que se invista em muitos setores, mas principalmente na formação docente, pois assim como é importante que aconteça a adequação da estrutura física, do mobiliário, dos recursos e equipamentos, também é essencial que as práticas de ensino estejam adaptadas as necessidades educacionais de todos os alunos. Se o professor conseguir atribuir a sua prática pedagógica a característica inclusiva, terá como consequência do seu trabalho o estabelecimento de uma parceria com os alunos, em que poderão ser ampliadas as capacidades e habilidades de todos os alunos, bem como dos alunos com necessidades educacionais especiais, ao passo que essa relação será alicerçada numa prática voltada unicamente para o crescimento de todos os educandos.

Nesse sentido, como uma dessas exigências está na formação e/ou atualização dos professores, indicado na literatura corrente como um dos elementos imprescindíveis para a concretização dessa proposta, já que não se pode conceber um ensino de qualidade sem professores realmente preparados para exercer a função de educar é que se levantou como problemática nesta pesquisa as seguintes perguntas: os professores, atuantes nas séries iniciais do Ensino Fundamental da rede municipal de Parnaíba-PI, estão participando de cursos de formação continuada e atualização direcionados para o contexto da educação inclusiva de alunos com necessidades educacionais especiais? Qual a frequência de participação nestes cursos?

Portanto, em busca de respostas para estes questionamentos traçamos como principal objetivo do recorte desta pesquisa: analisar o índice de participação docente nos cursos de formação continuada e atualização, direcionados para o contexto da educação inclusiva de alunos com necessidades educacionais especiais, com o intuito de refletir acerca do papel desta formação na ação docente.

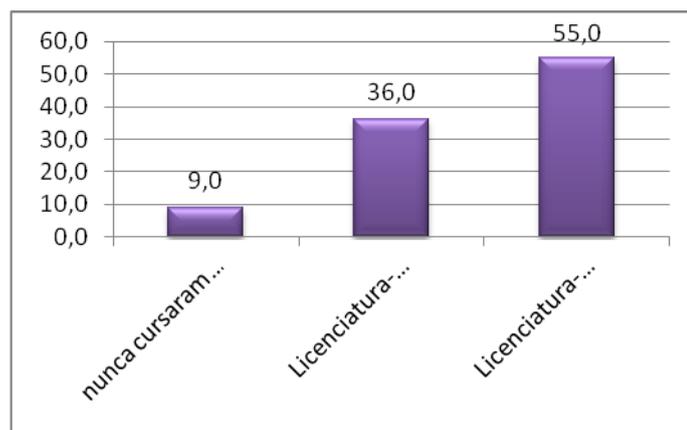
Por constarmos a importância desse tema, que cada vez mais ganha destaque no meio educacional e social e por percebermos hoje a real essência e complementaridade da formação no cotidiano do trabalho docente é que se justifica neste trabalho a abordagem de aspectos, conceitos e características necessárias para a formação dos educadores. É essa formação que contribui e atribui as práticas de ensino a verdadeira legitimação do ato de ensinar, fazendo com que o mesmo, de fato, se concretize de forma significativa na aprendizagem de educandos que estão diariamente em nossas escolas. No caso deste artigo buscamos refletir um pouco sobre a formação continuada frente à inclusão educacional, já que o número de alunos com necessidades educacionais especiais matriculados na rede municipal de ensino de Parnaíba-PI está aumentando a cada ano.

Esta pesquisa caracteriza-se como sendo quali-quantitativa, pois adotou técnicas da pesquisa qualitativa e quantitativa. No primeiro momento foi trabalhado o enfoque quantitativo, por meio da aplicação de um questionário, seguido do enfoque qualitativo, em que foi realizado o grupo de discussão. Para tanto, 115 docentes constituíram a amostra da pesquisa e responderam ao questionário elaborado, buscando-se, portanto obter um número consistente de informações com o objetivo de retratar e descrever com maior fidelidade a problemática pesquisada. O grupo de discussão aconteceu em 02 sessões (uma no turno manhã e outra no turno tarde) no mesmo dia com horário e data marcados previamente. Os participantes do grupo de discussão foram os professores que responderam ao questionário e que tinham alunos com necessidades educacionais especiais em suas salas de aula. A forma de registro foi por meio de gravação de áudio.

Esta pesquisa teve como suporte teórico o pensamento dos seguintes autores: Baptista (206), Mantoan (2003), Ferreira (2005), Sant'ana (2005), dentre outros. Com isso objetivamos apresentar fielmente a realidade pesquisada e, conseqüentemente, comparar os dados coletados com a teoria investigada a fim de perceber nuances do processo de formação continuada dos docentes do município de Parnaíba-PI e da importância do mesmo para que a inclusão educacional de alunos com necessidades educacionais especiais realmente aconteça.

FORMAÇÃO DOCENTE: ANÁLISES E REFLEXÕES ACERCA DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Iniciaremos nossas reflexões acerca da formação continuada partindo da formação inicial. O índice de professores da rede municipal de ensino de Parnaíba, que possuem cursos de licenciatura está expresso no o gráfico nº 01, da formação inicial – nível de graduação.



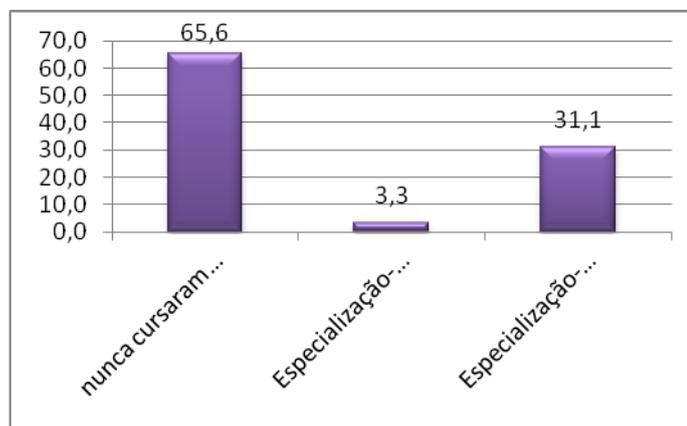
Formação Inicial – Nível de Graduação (Gráfico nº 01)
 FONTE: Elaboração própria

Por meio do gráfico nº 01, que se refere a formação inicial dos docentes em nível de graduação, percebemos claramente que apenas 55% dos docentes concluíram uma licenciatura e que 36% ainda estavam cursando uma graduação, na época da pesquisa, entretanto não se pode deixar de destacar que 9% dos docentes nunca fizeram um curso superior, tendo portanto apenas formação docente em nível médio. Pode-se constatar que apesar de todo o esforço do governo em promover o acesso do professor ao nível superior¹ e mesmo depois de 16 anos de promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9394/96, que dedicou um capítulo exclusivamente a formação de professores, ainda encontramos um índice expressivo dessa amostra sem formação em nível superior.

É sabido que até então admite-se professores com formação em nível médio para a Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental, fato este reforçado pelo artigo 62 da referida lei, mas não é aceitável nos dias de hoje, com tantas mudanças educacionais acontecendo, que um professor limite sua formação apenas ao nível médio, ou seja, não continue se qualificando diante de tantas oportunidades de formação em serviço. Não que o fato de se ter um curso superior seja a solução para os problemas na educação brasileira, mas representa uma oportunidade de atualização e reflexão sobre os conhecimentos adquiridos, além de contribuir para a melhoria na qualidade do ensino. Pensando na elevação da qualidade do ensino brasileiro Ferreira (2005, p. 42) relata que “[...] como crianças especiais, TODAS têm direito de acesso à educação e de conviver com as crianças de seu próprio bairro, seus irmãos, seus colegas, seus pais ou familiares e TODAS merecem nossa atenção, cuidado e aperfeiçoamento”. Ou seja, cabe aos professores buscarem constantemente esta qualificação

¹ Este esforço é notado por meio dos convênios firmados entre o poder público municipal junto às universidades de Parnaíba-PI, onde foram e ainda estão sendo promovidos cursos nos períodos de férias para professores que ainda não possuem uma licenciatura concluída.

a fim de estarem preparados para lidar com variadas situações que envolvam não só alunos com necessidades educacionais especiais, mas com todas as crianças que se encontram excluídas do processo de ensino.



Formação Continuada - Nível de Pós-graduação
(Gráfico nº 02)

FONTE: Elaboração própria

O gráfico nº 02 está relacionado à formação continuada docente em nível de pós-graduação e fazendo-se uma comparação com o gráfico nº 01 se tem o equivalente a 55% dos professores com curso de licenciatura concluída, o que é significativamente um número pequeno, quando a totalidade dos professores já deveria possuir curso superior completo. Contudo menor ainda é o número de professores que possuem curso de especialização concluído, como se verifica no gráfico nº 02 que apresenta apenas 31,1% dos professores com curso de especialização. Sendo que 65,6% nunca cursaram uma pós-graduação.

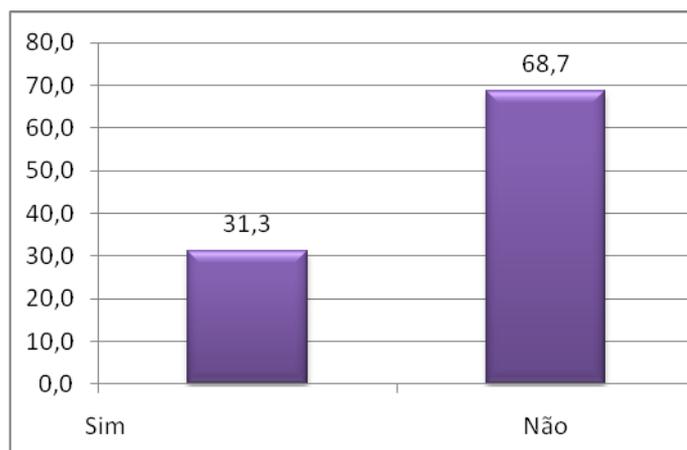
Na análise realizada no gráfico nº 01 foi questionada a postura de alguns docentes que não dão continuidade a sua formação restringindo, portanto sua formação a conclusão de um curso, seja de nível médio ou superior. A busca por novos conhecimentos deve ser constante, pois essa busca proporciona atualização, renovação de conhecimentos e, principalmente, a reflexão sobre as práticas de ensino, na tentativa de se adequar as necessidades de seu alunado. Cabe aqui também uma análise sobre a realização destes cursos, pois para Mantoan (2003, p. 81-82)

A reviravolta – que é bem mais complexa do que se pensa – na preparação de professores para a inclusão ainda não foi bem assimilada pelos que elaboram políticas públicas de educação, pelos que planejam ações para concretizá-las, e é por essas e outras razões que estão sendo oferecidos cursos de especialização *lato sensu* sobre educação inclusiva e que se sugere a inserção da disciplina Educação Inclusiva em cursos de formação de professores e profissionais de áreas afins [...].

A oferta destes cursos está aumentando cada vez mais, mas a participação pura e simples em cursos de pós-graduação na área de inclusão educacional não é garantia que o professor passe a ensinar na perspectiva inclusiva. Então mesmo concluindo um curso de especialização na área da educação inclusiva ainda há muito a ser estudado, refletido e, principalmente, colocado em prática.

Com isso torna-se emergente que o poder público municipal invista em cursos de especialização para seu quadro docente dar continuidade a sua qualificação profissional, porém o professor não deve ficar esperando pela iniciativa do poder público, o próprio professor deve e pode buscar subsídios para complementar e/ou suplementar sua formação docente, investindo em sua formação continuada.

Sobre essa questão de investimento na formação docente a Lei nº. 2.461, de 30 de dezembro de 2008 aprovou o Plano Municipal de Educação (PME), que tem duração de dez anos, é um documento que trata da política educacional do município de Parnaíba-PI que estabelece diretrizes, objetivos, metas e estratégias a serem alcançadas nos níveis e modalidades de ensino do município de Parnaíba-PI. Dentre as modalidades de ensino destaca-se a Educação Especial que dedicou em sua Carta Decenal uma diretriz relacionada à formação docente contemplando o “desenvolvimento de política de formação inicial e continuada para professores de atendimento educacional especializado e professores de sala de aula comum a fim de garantir a inclusão dos alunos com deficiência” (Parnaíba-PI, 2008, p. 69). Tal é a importância da formação dos profissionais da educação que um de seus objetivos visa “proporcionar formação inicial e continuada para todos os professores, técnicos e outros profissionais da escola, garantindo suporte à inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais” (Parnaíba-PI, 2008, p. 69). Ou seja, o poder público municipal assumiu um compromisso de, nos dez anos de vigência deste plano municipal, investir na formação docente para melhor atender seus alunos e conseqüentemente não só garantir a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, bem como melhorar a qualidade do seu ensino.



Participação em Cursos de Formação Continuada e Atualização Voltados para o Trabalho Junto a Alunos(as) com necessidades educacionais especiais (Gráfico nº 03)
 FONTE: Elaboração própria

O gráfico nº 03 se refere a participação em cursos de formação continuada e atualização, voltados para o trabalho junto a alunos com necessidades educacionais especiais, em que 68,7% dos professores responderam que ainda não fizeram nenhum curso nesta área. Já o restante do percentual que é de 31,3% afirmou já ter feito um ou mais cursos de formação continuada e atualização voltados para o trabalho junto a alunos com necessidades educacionais especiais, que equivale a apenas 36 dos 115 respondentes do questionário aplicado junto a esses professores.

O gráfico nº 03 demonstra que “não há dúvida de que a formação continuada dos profissionais da educação se faz crítica e mandatória e deve ter como ponto de partida as dificuldades, as lacunas que sintam em sua formação” (Baptista, 2006, p. 100), já que apenas uma minoria participou de cursos de atualização na área de educação inclusiva. Como estes professores poderão atuar de forma eficiente junto aos seus alunos com e sem deficiência se não estão se atualizando?

Sobre a formação em serviço a professora B, que participou do grupo de discussão, diz que “essa preparação deve ser uma preparação continuada, porque cada vez vão se renovando mais os métodos, os equipamentos de como trabalhar com essas pessoas e tudo [...]”. Em outro momento do grupo de discussão a referida professora se reporta ao trabalho realizado com uma aluna com deficiência intelectual e reforça sua crítica apontando as dificuldades encontradas por outra professora dizendo que:

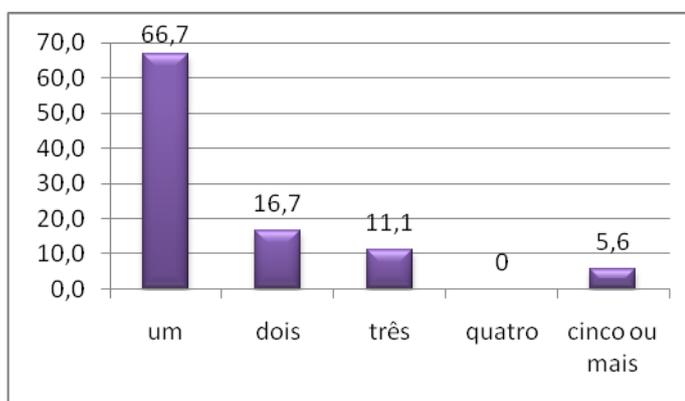
[...] Essa é a dificuldade que a gente sente, porque se você vai trabalhar com um menino que tenha “deficiência mental”, então eu acho que você tem que se preparar. E com o aluno com deficiência visual? Tem que preparar o professor, porque como é que o professor vai trabalhar?! Como no caso dela, ela disse que não soube se

comunicar, mais por quê? Porque ela não foi preparada pra trabalhar com essa criança.

O grupo de professores no momento do debate foi unânime ao apontar que a formação continuada influencia de fato no trabalho do professor. A professora B fala de sua motivação após ter participado de um curso de capacitação dizendo:

Assim que eu comecei a trabalhar com essa menina eu estava completamente perdida, mas quando foi em julho teve uma capacitação [...]. Então quando eu voltei em agosto, já tinha assim uma noção, já tinha subido um degrauzinho, mas logo a aluna teve que desistir.

O depoimento da professora reforça a importância de se investir em cursos de atualização nesta área a fim de melhorar a qualidade do ensino oferecido, bem como dar oportunidade a todos os alunos de aprenderem de forma democrática, corroborando com Nóvoa (1992) apud Baptista (2006, p. 97) quando diz que “acreditamos que a qualificação do professor se constitui numa forma de fortalecimento da qualidade do atendimento aos alunos no seu conjunto e da crença dos professores de que podem construir novas alternativas e desenvolver novas competências”. Isto é, a atualização profissional proporciona aos docentes esta construção de novas práticas pedagógicas, bem como o desenvolvimento de competências e saberes essenciais ao seu trabalho.



Quantidade de Cursos que os Professores Participaram
(Gráfico nº 04)

FONTE: Elaboração própria

Ainda relacionado a esta questão percebemos por meio do gráfico nº 04 que dentre aqueles que relataram já terem participado de algum tipo de curso de formação continuada e atualização voltado para o trabalho junto a alunos com necessidades educacionais especiais 66,7% afirmou ter feito apenas um curso, enquanto que 16,7%, somente dois cursos, portanto, uma participação que pode ser considerada ainda muito pequena.

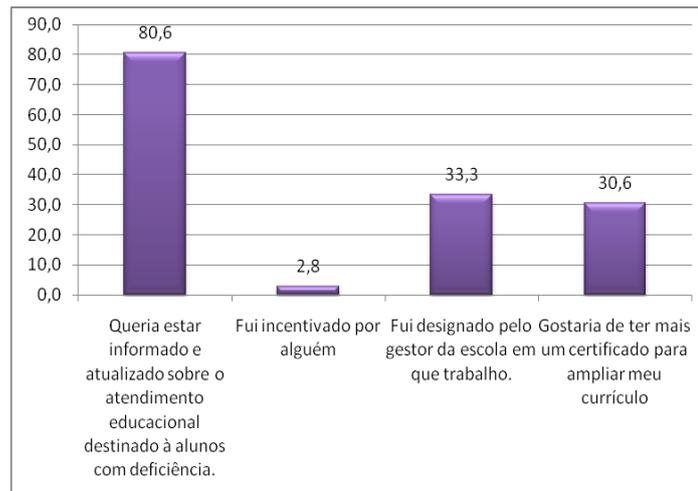
Para Sant'ana (2005) a formação do professor inclusivo “[...] não pode restringir-se à participação em cursos eventuais, mas sim, precisa abranger necessariamente programas de capacitação, supervisão e avaliação que sejam realizados de forma integrada e permanente”, reforçando desta forma a validade da existência de um programa de capacitação docente contínuo, para que mais e mais professores possam refletir e buscar subsídios para as suas práticas de ensino na tentativa de ensinar a todos os seus alunos. Seguindo esta mesma linha de pensamento Mantoan (2003, p. 88-89) diz que:

Quero deixar claro que cursos, oficinas e outros eventos de atualização e de aperfeiçoamento são indicados na formação em serviço, mas quando correspondem a uma necessidade de grupos de professores que precisam de certos conhecimentos, para melhorar sua atuação diante de assuntos muito particularizados.

Com isso podemos inferir que os professores necessitam estar constantemente se qualificando para a realização de uma prática pedagógica consciente, que priorize o acesso democrático ao conhecimento por todos os seus alunos, mas para isso é necessário que sejam oferecidos cursos que propiciem momentos para reflexão, questionamentos, orientações e não receitas prontas, já que não existem respostas específicas para cada tipo de situação-problema que surge no cotidiano docente.

Corroborando com este pensamento a professora G relata sua experiência dizendo que: “eu participei apenas de um seminário, eu e a Professora E. Foi aquele que teve lá no Porto das Barcas. Eu achei assim muito, muito legal”. Em outro momento a mesma professora demonstra sua aprovação sobre o investimento feito em sua escola em cursos de atualização para o corpo docente afirmando “elas montaram um curso com os recursos do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e tiveram muitos cursos bons lá na escola, a diretora está de parabéns sobre isso porque agora nós fizemos muitos cursos bons, com psicóloga, psicopedagoga”.

Esse depoimento reforça mais uma vez o quanto é necessário que sejam dadas, aos professores, oportunidades de formação em serviço para que os mesmos possam adquirir mais conhecimentos e segurança para desempenhar um bom trabalho.



Motivos que Conduziram os Professores a Fazerem este(s) Curso(s) (Gráfico nº 05)
 Fonte: Elaboração própria

O gráfico nº 05 apresenta os motivos que levaram os docentes a fazerem cursos de formação continuada e atualização voltados para o trabalho junto aos alunos com necessidades educacionais especiais. Sobre este questionamento foi solicitado aos respondentes que elencassem em ordem de relevância as razões que os conduziram a participação nestes cursos. Para melhor esclarecimento e comparação, todos os resultados referentes aos quatro itens sugeridos como possíveis respostas, foram relacionados no gráfico acima de acordo a frequência recebida pelo numeral 01 (um) que representou o fator que seria mais relevante. Com isso observamos claramente que o fator motivador para a participação dos docentes em cursos de formação continuada e atualização voltados para o trabalho junto aos alunos com necessidades educacionais especiais foi a necessidade de estarem informados e atualizados sobre o atendimento educacional destinado a alunos com necessidades educacionais especiais, com o percentual de 80,6% de indicações.

Este dado demonstra a necessidade que os professores possuem de buscar novos subsídios para sua prática. No relato da experiência de um curso de formação em educação inclusiva realizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Inclusão Escolar (Gepei - Grupo de pesquisa citado em: Baptista, 2006, p. 77) foram verificadas algumas posturas entre os professores participantes e dentre estas “[...] também se constatou sentimentos de satisfação diante da oportunidade de uma nova formação, isto é, a formação para uma proposta inovadora, como se constituía ou se constitui a proposta da educação inclusiva” (Baptista, 2006, p. 77). Este relato vem reforçar que os professores sentem necessidade de complementar sua formação, por isso muitos estão motivados a buscar conhecimentos relacionados a inclusão educacional.

Na fala da professora D encontra-se uma mescla entre essa necessidade de preparo, em que a professora delega a responsabilidade de sua formação continuada ao poder municipal e também de insegurança, diante da realização de sua prática docente sem o subsídio destes cursos de atualização. Podemos verificar isso por meio da fala da referida professora:

[...] Acho que o primeiro passo deveria ser do próprio município, já que é Lei, a gente não pode dizer não e se nós não temos esse preparo eu acho que deveria ser o próprio município quem deveria nos encaminhar pra isso. Eu pelo menos já tive alunos assim e é como eu digo esse ano eu tive essa experiência com essa criança, mas eu morro de medo que de pegar um por exemplo “surdo-mudo”, o quê que eu vou fazer Senhor?

Essa insegurança, medo, pavor, desorientação é notório na fala dos professores que sempre se lamentam de sua formação alegando que não estão preparados para trabalharem com alunos com necessidades educacionais especiais.

Com isso podemos constatar que a maioria dos docentes não participa de cursos de atualização voltados para o trabalho junto aos alunos com necessidades educacionais especiais, mas isto não significa que essa pouca participação nos cursos seja por falta de motivação do professorado, ao contrário foi constatado por meio da análise deste gráfico que os professores sentem necessidade de buscar atualização para sua formação, sendo este o principal fator motivador daqueles que participaram de cursos na área de Educação Especial.

CONSIDERAÇÕES (NÃO) FINAIS

A inclusão educacional vem ganhando espaço em variadas discussões devido a mudança de postura da sociedade que agora assume seu papel e tenta amenizar as barreiras que dificultam o desenvolvimento das pessoas com deficiência. Dentro deste processo está a escola, local de socialização e aprendizado, que por primazia deveria atender a todos sem distinção, promovendo um ensino democrático. Para que este conhecimento seja acessível a indiscriminadamente alguns requisitos são relevantes como possuir estrutura arquitetônica, suporte pedagógico, recursos e equipamentos adequados, dentre outros. Entretanto de nada adiantaria possuir uma escola bem equipada e com boa estrutura se seus professores não estiverem bem preparados, ou seja, há que se primar pela formação destes profissionais, que muito contribuem para que o processo de escolarização ocorra com sucesso.

Com isso o que se pôde perceber é que a maioria (leia-se 68,7%) dos professores ainda não fez nenhum curso na área de inclusão educacional. Enquanto que uma minoria (31,3%) chegou a fazer um ou mais cursos de formação neste contexto. Entre os professores que afirmaram já terem participado de algum curso de formação continuada e atualização

direcionados ao contexto da educação inclusiva de alunos com deficiência os dados são preocupantes, pois 66,7% disseram ter participado de apenas um curso, reforçando então a necessidade de se investir mais nesta área. No entanto, dentre estes professores que já participaram dos cursos de atualização, há um dado muito relevante, pois de acordo com 80,6% dos respondentes a necessidade de estarem informados e atualizados com relação ao atendimento educacional voltado aos alunos com deficiência foi o principal fator motivador que os conduziu a participarem dos referidos cursos. E como a formação inicial destes professores necessita ser complementada lamenta-se a falta desta complementação e/ou atualização, apontando para a emergência de investimentos na formação do quadro docente da rede de ensino municipal de Parnaíba-PI.

Outro elemento que também muito influencia para que este investimento aconteça é o fato de que os próprios professores manifestaram interesse em fazer cursos na área de inclusão educacional, já que dentre aqueles que fizeram algum curso declararam que o motivo principal foi a vontade de estarem informados e atualizados sobre o atendimento educacional destinado à alunos com deficiência, demonstrando com isso a busca deste professores por uma prática pedagógica de melhor qualidade.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, C. R. (Org.). **Inclusão e escolarização**: múltiplas perspectivas. Porto Alegre: Mediação, 2006.

FERREIRA, W. B. Educação inclusiva: será que sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos? **Inclusão**: Revista da educação especial. Brasília: Secretaria de Educação Especial, Ano 1, n. 1, out. 2005, p. 40-46.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. Coleção Cotidiano Escolar.

PARNAÍBA-PI. **Lei municipal nº 2.461, de 30 de dezembro de 2008**. Plano Municipal de Educação. Disponível em:
< <http://www.parnaiba.pi.gov.br/leis/2.008.rar>>. Acesso em: 13 set 2009.

SANT'ANA, I. M. **Educação inclusiva**: Concepções de professores e diretores. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141373722005000200009&lang=pt>. Acesso em: 15 jan. 2010.